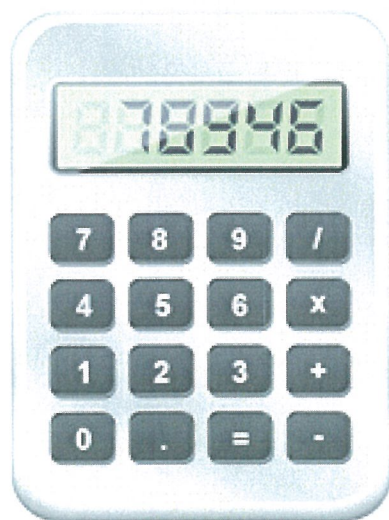


Associação Cultural Recreativa Defesa e Propaganda de Ázere



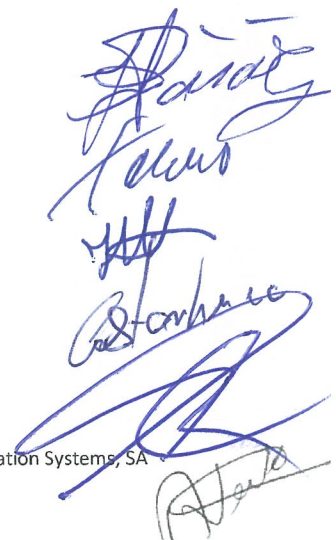
Prestação de contas

Anexo ao Balanço e a Demonstração de
Resultados

**ACUREDEPA-
ASSOC.CULTUR.REC.DEF.PROPAGAN
DA DE AZERE**

Anexo

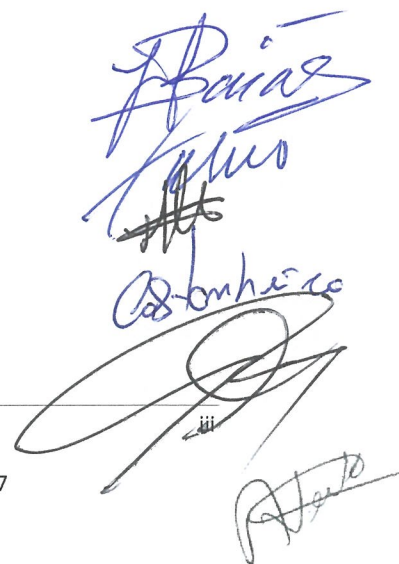
6 de Março de 2016

A collection of handwritten signatures in blue ink, including names like "Daniel", "João", and "Antonio", along with various initials and a large stylized signature at the bottom.

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13
5	Ativos Fixos Tangíveis	13
6	Ativos Intangíveis	15
7	Locações.....	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	16
9	Inventários	16
10	Rédito.....	17
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	17
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	17
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18
14	Imposto sobre o Rendimento	18
15	Benefícios dos empregados.....	18
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
17	Outras Informações	19
17.1	Investimentos Financeiros.....	19
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	19
17.3	Clientes e Utentes.....	19
17.4	Outras contas a receber.....	20
17.5	Diferimentos	20
17.6	Outros Ativos Financeiros.....	20
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	20
17.8	Fundos Patrimoniais	21
17.9	Fornecedores	21
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	21
17.11	Outras Contas a Pagar	22
17.12	Outros Passivos Financeiros	22
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	22
17.14	Fornecimentos e serviços externos	22

17.15 Outros rendimentos e ganhos	23
17.16 Outros gastos e perdas	23
17.17 Resultados Financeiros	23
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	24



1 Identificação da Entidade

A “ACUREDEPA-ASSOCIAÇÃO CULTUR RECREATIVA DEFESA E PROPAGANDA DE AZERE” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º 228, Série III, de 02 de outubro de 1997, com sede em RUA DO OUTEIRINHO, 78, 3420-011 Ázere, e, tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Resposta Social de Lar (ERSI)
- Resposta Social de Apoio Domiciliário (SAD)

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão

ACUREDEPA-ASSOC.CULTUR.REC.DEF.PROPAGANDA DE AZERE

RUA DO OUTEIRINHO, 78, 3420-011 Ázere

NIF:502854260 - Publicação em Diário da República, nº 228, Série III de 02 de outubro de 1997

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento básico	16.66%
Equipamento de transporte	20%
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	16.66% e 20%
Outros Ativos fixos tangíveis	20%

A Entidade não revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

A Instituição não possui este tipo de património.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Não existem propriedades de investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	33.33%
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros que existem não têm qualquer tipo de relevância.

evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais	
PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

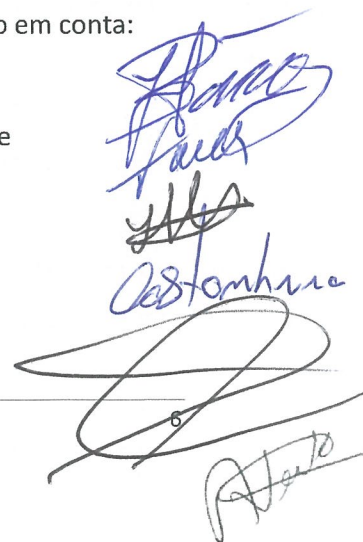
3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade não avalia os seus ativos financeiros.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Não existem provisões.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Não existem contratos de locação financeira.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem

como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

[Handwritten signatures in blue ink]
12

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2014, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	2014		Saldo final
				Transferências	Revalorizações	
Custo	17.561,19					17.561,19
Bens Imóveis	17.561,19					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	17.561,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.561,19

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	2015		Saldo final
				Transferências	Revalorizações	
Custo	17.561,19					17.561,19
Bens Imóveis	17.561,19					17.561,19
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	17.561,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.561,19

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2014					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	130.315,39			-116.785,99		13.529,40
Edifícios outras construções	978.535,88			564.399,77		1.542.935,65
Equipamento básico	198.676,59	63.046,52				261.723,11
Equipamento de transporte	111.433,87		25.589,00			85.844,87
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	90.244,85	399,00				90.643,85
Outros Ativos fixos tangíveis	24.003,34					24.003,34
Total	1.533.209,92	63.445,52	25.589,00	447.613,78	0,00	2.018.680,22
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	195.973,31	52.001,42				247.974,73
Equipamento básico	145.370,53	18.020,08		-318,03		163.072,58
Equipamento de transporte	111.079,77	72,14	25.198,83	-72,14		85.880,94
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	89.751,86	72,44				89.824,30
Outros Ativos fixos tangíveis	24.003,33					24.003,33
Total	566.178,80	70.166,16	25.198,83	-390,17	0,00	610.755,88

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	2015		Saldo final
				Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	13.529,40					13.529,40
Edifícios outras construções	1.542.935,65	19.891,79				1.562.827,44
Equipamento básico	261.723,11	27.452,42				289.175,53
Equipamento de transporte	85.844,87	420,66				86.265,53
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	90.643,85	385,00				91.028,85
Outros Ativos fixos tangíveis	24.003,34	0,00		24.003,34		0,00
Total	2.018.680,22	48.149,87	0,00	24.003,34	0,00	2.042.826,75
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	247.974,73	61.016,39				309.360,12
Equipamento básico	163.072,58	28.156,61				188.815,71
Equipamento de transporte	85.880,94	7,01				85.887,95
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	89.874,30	136,26				89.960,56
Outros Ativos fixos tangíveis	24.003,33	109,69				26.157,50
Total	610.755,88	89.425,96	0,00	0,00	0,00	700.181,84

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2014 e 2015, foram os seguinte:

Descrição	2014					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Terren. Rec Naturais	8.957.07					8.957.07
Total	8.957.07	0,00	0,00	0,00	0,00	8.957.07

Descrição	2015					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Terren.Rec. Natu	8.957.07					8.957.07
Total	8.957.07	0,00	0,00	0,00	0,00	8.957.07

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público:

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Programas de Computador	1.316.21					1.316.21
Total	1.316.21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.316.21
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	0,00					229,90
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229,90

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	1.316.21	229.90				1.546.11
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1.316.21	229.90	0,00	0,00	0,00	1.546.11
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	229,90	229.90				459,80
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	229,90	229.90	0,00	0,00	0,00	459,80

7 Locações

A Entidade não detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	682.882.67	682.882.67	668.864.18	0,00	668.864.18
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	682.882.67	682.882.67	668.864.18	0,00	668.864.18

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	-61.165.05	32.995.87	94.160.92	+182.374.26	24.112.49	158.261.77
Total	-61.165.05	32.995.87	94.160.92	+182.374.26	24.112.49	158.261.77

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	2.008,95	0,00	0,00	1.863,79	0,00	0,00	2.162,93	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	21.730,67	0,00	0,00	20.637,46	0,00	0,00	
Total	2.008,95	21.730,67	0,00	1.863,79	20.637,46	0,00	2.162,93	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				78.386,88				81.090,67

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	431.985,14	396.748.58
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Outros	4.400,96	0.00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	436.385,70	396.748.58

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2014 e 2015, não ocorreram variações relativas a provisões:

Passivos contingentes

Não existiam passivos contingentes:

Ativos contingentes

Não existiam ativos contingentes

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
Fundo Socorro Social	100.000.00	100.000.00
Apoios do Governo		
Apoios Comunitários	499.579.34	389.911.34
Apoios Camarários	184.772.87	184.772.87
De Outros	1.938.69	
Total	786.290.90	684.352.21

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2015 e 31/12/2014, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito: Não aplicável à Instituição!

14 Imposto sobre o Rendimento

A Instituição não tem atividades sujeitas a Imposto, em virtude de estar isento ao abrigo do disposto no artigo 10º do CIRC.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram, respectivamente 5 e 5. De um período para outro verificou-se a saída do Exmo. Sr. António Manuel Neves Sousa tendo sido substituído pelo Exmo. Sr. José Manuel Couto, por força de novo ato eleitoral, tendo sido reconduzidos nos respetivos cargos os restantes membros.

Os órgãos directivos não usufruem de remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 30 e em 31/12/2015 foi de 15 Contrato Emprego Inserção, mais 1 Estimulo Emprego, mais 1 Estágio, mais 29 funcionários efectivos e 4 contratados a prestação de serviços no âmbito de recibos verdes.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	330.462,18	307.292,94
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	62.816,54	56.152,61
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.549,84	2.997,56
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.341,52	1.261,09
Total	397.170,08	367.704,20

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	595,83	146,08
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	595,83	146,08

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	404,00	192,00
Utentes	12.029,65	4.359,23
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	11.692,26	4.551,23

Nos períodos de 2015 e 2014, não foram registadas “Perdas por Imparidade”:

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	2.960,80	3.120,16
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.000,00	4.176,34
Outras operações	17.021,94	0,00
Outros Devedores	28.415,19	74.870,44
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	49.397,93	82.166,94

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
	1.702.94	1.174.27
Total	1.702.94	1.174.27
Rendimentos a Reconhecer		
	32.855.53	852.70
Total	32.855.53	852.70

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
	1.130.00	1.130.00
Total	1.130.00	1.130.00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	840.74	1.020.59
Depósitos à ordem	7.687.73	16.939.68
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	8.528.47	17.960.27

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	18.191,48	0,00	0,00	18.191,48
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-163.257,86	3.225,24	0,00	-160.032,62
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	686.290,90	54.318,16	0,00	740.609,06
Total	541.224,52	57.543,50	0,00	598.767,92

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	45.796,35	36.827,84
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	45.796,35	36.827,84

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.183,44	828,82
Outros Impostos e Taxas	5,59	0,00
Segurança Social	1.055,67	101,85
Total	5.244,70	930,67
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,01	0,01
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.102,65	3.665,31
Segurança Social	17.942,86	16.215,59
Outros Impostos e Taxas	66,43	17,96
Total	23.111,95	19.898,87

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0.00	71.437.49	0.00	41.052.12
Outras operações	0.00	0.00	0.00	15.005.49
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0,00	0.00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0.00	21.499,40	0.00	40.465,76
Credores por acréscimo de gastos	0.00	0,00	0.00	0,00
Outros credores	0.00	9.129.16	0.00	3.032.99
Total	0,00	102.066.05	0,00	99.556.36

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

Descrição	2015	2014
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	166.346,50	269.468,57
Subsídios de outras entidades	27.691,60	27.366,84
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	194.038,10	296.835,41

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	61.904,08	47.441,24
Materiais	15.357,64	7.955,72
Energia e fluidos	43.578,36	45.027,78
Deslocações, estadas e transportes	1.450,01	1.407,32
Serviços diversos	43.465,10	43.692,83
Total	165.855,62	145.524.89

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	2.009,00	2.500,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	573,29	5,62
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	28.839,00
Outros rendimentos e ganhos	98.102,63	110.008,50
Total	100.684,92	141.353,12

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	1.244,06	658,60
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	25.589,00
Outros Gastos e Perdas	1.530,10	12.087,42
Total	2.774,16	38.335,02

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	36.985,45	24.648,42
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	10.553,18	7.044,61
Total	47.538,63	31.693,03
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	375,25
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	639,18	1,69
Total	639,18	376,94
Resultados Financeiros	46.899,45	31.316,09

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

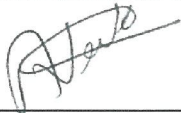
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pela Direcção em 21 de março de 2015.

AZERE, 31 de Dezembro de 2015

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção

